

RUY FABIANO

Ponto de Vista

O incômodo aliado

A mais incômoda pedra no sapato do presidente Collor, a que mais o aflige neste momento particularmente decisivo de sua política econômica, não procede da oposição. Integra o partido que lhe dá (ou deveria dar) sustentação no Congresso, o PFL, e foi o personagem que mais influência exerceu na remontagem do Ministério. Além de demolir nomes da equipe anterior, como Alcení Guerra e Margarida Procópio, acabou tendo o privilégio de indicar e vetar nomes para a nova equipe.

Seu nome? Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia. Aparentemente, um paradoxo: como um governador aliado, que conseguiu indicar um considerável número de amigos para postos decisivos do Governo, nos primeiro e segundo escalões, e que é considerado pelo Presidente como "o único PhD brasileiro em política", pode, simultaneamente, tornar-se sua maior ameaça e dor de cabeça? Coisas da política.

O obsessivo proselitismo do governador contra a política econômica recessiva de Marcílio já a feriu de morte e contribuiu para descreditar a não apenas junto à base política do Governo, mas também junto à opinião pública. Pior: serviu de estímulo a que outras vozes discordantes, na sociedade, se encorajassem e também expressassem em voz alta seu descontentamento. Não é despropositado atribuir a essa sistemática ação crítica de ACM — que possui trânsito amplo junto à mídia, especialmente a eletrônica — a rebeldia do Senado em relação ao salário mínimo do Governo, anteriormente aprovado na Câmara.

Para entender o que se passa, é preciso, antes de mais nada, conhecer os planos políticos do governador. Ele é candidato à Presidência da República, em 1994. Levando-se em conta fato-

res tais como idade e saúde — recentemente ele operou-se do coração —, além de circunstâncias políticas, é lógico supor que se trata de sua derradeira empreitada nessa direção; é agora ou nunca. Dificilmente terá outra oportunidade tão favorável. Ocorre que o primeiro teste nessa caminhada começa este ano: as eleições municipais. Sem uma vitória expressiva em seu estado, de modo a uni-lo em torno de seu nome, dificilmente terá condições de empolgar a opinião pública nacional.

E aí surge o problema: como vencer eleições a bordo de uma política econômica recessiva? ACM não ignora as limitações de caixa do Governo Federal. Mas acha que é possível redirecionar os investimentos, privilegiando exclusivamente as forças políticas aliadas. E acha que isso não acontece. Cita, por exemplo, duas recentes e formidáveis be-nesses do Governo Federal a seu arquiinimigo Leonel Brizola: o perdão da dívida do metrô e as verbas da linha vermelha. Brizola, segundo ele, retribuiu com elogios inócuos, que não se traduzem em votos no Congresso. Muito pelo contrário. Seu raciocínio: por que, sendo a época de vacas magras (quando não de ausência de vacas), não restringir aos aliados — ele, por exemplo — as poucas verbas disponíveis?

Quando o novo Ministério tomou posse, ACM disse que estava "quase" do jeito que ele quer. Falta mexer na política econômica, onde considera as taxas de juros "insuportáveis" e duvida da queda da inflação. Também não se faz de rogado quando hierarquiza os Ministérios. Considera fundamentais o dos Transportes e Comunicações, da Ação Social e a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Mas enfatiza: "Quem tiver o Ministério da Economia tem os outros". E é isso o que ele quer.